

**Bruno Rodas Oliveira\***

Pesquisador Independente  
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

**Luciano Alencar Barros\*\***

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil



# Reversão de situações próximas ao pleno emprego e ataques aos direitos sociais: os casos dos países centrais ao final da Era de Ouro e do Brasil na década de 2010

Recebido em: 18 ago. 2023

Aprovado em: 29 fev. 2024

Publicado em: 05 jul. 2024

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.18.34-3>

---

\* Pesquisador independente. Doutor e Mestre em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: bruno\_727@hotmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/0038258993875843>  <https://orcid.org/0000-0002-8244-6115>

\*\* Professor Substituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia. Doutor e Mestre em Economia da Indústria e da Tecnologia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: luciano.barros.ufrj@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/9882653751224691>  <https://orcid.org/0000-0002-4685-1607>

## Resumo

---

O presente artigo busca apresentar um arcabouço teórico a respeito de como as mudanças socioeconômicas geradas a partir de situações próximas ao pleno emprego engendram respostas políticas (econômicas e institucionais) das classes dominantes no intuito de revertê-las, e usá-lo para analisar a experiência concreta dos países capitalistas centrais no fim da Era de Ouro e do Brasil na década de 2010. Ressalvadas as particularidades de cada país, tanto num caso como no outro a manutenção por um período significativo de baixas taxas de desemprego com elevados ganhos salariais e sociais gerou pressões crescentes dos setores dominantes pela adoção de políticas econômicas contracionistas e reformas institucionais regressivas, que eventualmente resultaram no aumento das taxas de desemprego, redução do poder de barganha da classe trabalhadora e, a partir disso, na retração dos salários reais e outros benefícios sociais.

**Palavras-chave:** Aspectos Políticos do Pleno Emprego. Economia Política do Fim da Era de Ouro. Economia Política da Década de 2010. Economia Brasileira.

---

**Bruno Oliveira Rodas\***

*Independent Researcher*

*Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil*

**Luciano Alencar Barros\*\***

*Federal University of Rio de Janeiro*

*Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil*



## ***Reversal of situations close to full employment and attacks on social rights: the cases of central countries at the end of the Golden Age and Brazil in the 2010s***

**Received:** 18<sup>th</sup> Aug. 2023

**Approved:** 29<sup>th</sup> Feb. 2024

**Published:** 05<sup>th</sup> July 2024

**DOI:** <https://doi.org/10.29327/2148384.18.34-3>

---

\* *Independent researcher. PhD and MSc in Economics of Industry and Technology from the Federal University of Rio de Janeiro; BSc in Economics from the Pontifical Catholic University of São Paulo. Email: bruno\_727@hotmail.com*



<http://lattes.cnpq.br/0038258993875843>



<https://orcid.org/0000-0002-8244-6115>

\*\* *Professor at the Federal University of Rio de Janeiro, Institute of Economics. PhD and MSc in Economics of Industry and Technology and BSc in Economics from the Federal University of Rio de Janeiro. Email: luciano.barros.ufrj@gmail.com*



<http://lattes.cnpq.br/9882653751224691>



<https://orcid.org/0000-0002-4685-1607>

## Abstract

---

*The paper seeks to present a theoretical framework about how socioeconomic changes generated from situations close to full employment engender political (economic and institutional) responses from the dominant classes to reverse such changes and use this framework to analyze the concrete experience of the central capitalist countries at the end of the Golden Age and of Brazil in the 2010s. Taking into account the particularities of each country, in both cases the maintenance of a significant period of low unemployment rates with high wage and social gains has generated increasing pressures from dominant sectors for the adoption of contractionary economic policies and regressive institutional reforms, which eventually led to an increase in unemployment rates, a reduction in the bargaining power of the working class and, as a result, a decline in real wages and other social benefits.*

**Keywords:** *Political Aspects of full Employment. Political Economy of the End of the Golden Age. Political Economy of the 2010s. Brazilian Economy.*

---

## 1. Introdução

A análise das trajetórias econômicas dos países a prazo mais longos – para além dos ciclos de curto prazo – revela que existem duas restrições fundamentais ao pleno emprego e ao crescimento: a restrição externa e a política. Essa é uma dedução lógica a partir das premissas de que as economias em geral operam com desemprego involuntário e de que o capital (entendido como o conjunto dos meios de produção) é produzido no próprio sistema econômico.

A restrição externa refere-se à falta de divisas. Todo país de economia aberta necessita de importações para crescer, seja de insumos, produtos e/ou bens de capital. Situações de déficits no balanço de pagamentos podem ser contornadas no curto prazo por meio da utilização de reservas internacionais ou por meio de endividamento externo. Mas ambas as opções tendem a ser inviáveis a prazos maiores, uma vez que as reservas se exauram e que o passivo externo precisa ser pago. Assim, dada a falta de moedas de curso global fortes, os países se veem obrigados a desvalorizar o câmbio e/ou a reduzir a absorção doméstica para equilibrar as transações correntes. Neste último caso o crescimento é claramente restrito no intuito de sanar as contas externas. Como se pode observar na história, a falta de divisas é a principal restrição ao crescimento das economias capitalistas, em especial aquelas que ocupam uma situação periférica no sistema global.

Em não havendo falta de divisas, a segunda restrição ao crescimento econômico é a política. Situações de rápido crescimento e baixo desemprego tendem a gerar mudanças econômicas, políticas e sociais favoráveis à classe trabalhadora. Essa situação gera incômodos às classes dominantes, que buscam impor mudanças de política econômica que freiem o crescimento, bem como mudanças institucionais que também revertam o balanço socioeconômico em seu favor.

É justamente sobre a restrição política ao crescimento que se debruça o presente artigo. Seu objetivo é expor brevemente um arcabouço teórico de como as mudanças socioeconômicas engendradas a partir de situações próximas ao pleno emprego tendem a gerar desconfortos para a classes

proprietárias, que buscam reverter tais mudanças por meio de políticas econômicas e modificações nos marcos institucionais, para, em seguida, aplicá-lo para as situações concretas observadas nos países centrais do capitalismo no pós-guerra – em especial os Estados Unidos (EUA) – e no Brasil na década de 2010. Com esse objetivo, o artigo se divide em mais quatro seções, para além desta introdução. A seção 2 expõe o arcabouço teórico a respeito da inflexão observada a partir de situações próximas ao pleno emprego, a ser utilizado para analisar as trajetórias dos países centrais do capitalismo ao fim da Era de Ouro (seção 3) e do Brasil em meados da década de 2010 (seção 4). Por fim, a seção 5 conclui o artigo.

## 2. Arcabouço teórico

O arcabouço teórico que embasa a análise desenvolvida nas próximas seções é o da moderna abordagem do excedente, tal qual desenvolvida por Sraffa, Garegnani e, mais recentemente, pelo Grupo de Economia Política do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). De um modo geral, tal referencial apoia-se na teoria do valor e da distribuição de Sraffa (1960) e no princípio da demanda efetiva desenvolvido por Keynes e Kalecki, estendido ao longo prazo a partir da contribuição de Garegnani (1962) e do modelo do Supermultiplicador Sraffiano (Serrano, 1995). Além desse núcleo teórico, incorpora-se também a contribuição de Kalecki (1943) acerca do chamado “ciclo político de negócios”.

Segundo a teoria do valor e dos preços de Sraffa, para determinada técnica de produção e uma variável distributiva exógena (o lucro), determinam-se a outra variável distributiva (o salário) e os preços relativos da economia a partir da dinâmica do conflito distributivo. A determinação dos níveis do produto, por sua vez, se dá pelo princípio da demanda efetiva, cuja extensão para o longo prazo é levada a cabo no modelo do Supermultiplicador Sraffiano. Segundo este, os investimentos em capacidade produtiva para o setor privado são função crescente da demanda efetiva esperada, logo, podem ser entendidos como sendo induzidos pela renda. Assim, o que

determina o nível de produção (e a taxa de crescimento do produto) são os gastos autônomos (e seu ritmo de expansão), como os gastos públicos, o consumo autônomo, o investimento residencial e as exportações.

Uma vez que os níveis de produto são determinados pela demanda efetiva e que o governo, em não se encontrando em uma situação de escassez de divisas, tem toda condição para expandir seus gastos diretamente, segue-se que a opção por se manter níveis de produção abaixo daquele de pleno emprego é uma escolha essencialmente política.

A justificativa de por que as economias normalmente operam com recursos ociosos encontra-se exposta de forma sintética em "Aspectos políticos do pleno emprego", de Kalecki (1943). A ideia é que, ainda que situações de plena utilização dos recursos impliquem maiores massas e mesmo taxas de lucro,<sup>1</sup> a manutenção de cenários de pleno emprego engendra mudanças econômicas, políticas e sociais que desfavorecem a classe capitalista, a qual, por sua vez, passa a pressionar os governos a adotar políticas contracionistas, a fim de gerar desemprego e reverter tais mudanças. Na visão aqui adotada, o desemprego funciona como uma forma de "controle social".

Situações de baixo desemprego tendem a fortalecer o poder de barganha da classe trabalhadora e aumentar sua capacidade de pleitear e obter ganhos nominais de salário cada vez maiores em relação à produtividade. Caso os salários cresçam mais do que esta, observar-se-ia um aumento do custo unitário do trabalho, que, sendo integralmente repassado aos preços, gera inflação, e, sendo apenas parcialmente repassado (o que geralmente ocorre em razão das forças de concorrência), acarreta também em compressão dos lucros.

---

1 Segundo Kalecki (1971 [1943]), a situação econômica no pleno emprego seria mais favorável aos capitalistas do que caso houvessem recursos ociosos, resultado típico sob o liberalismo econômico: "*profits would be higher under a regime of full employment than they are on the average under laissez-faire*" (p. 141). Vale pontuar, contudo, que não é razoável imaginar taxas de lucros crescentes acompanhando ganhos reais de salário, uma vez que para tal seria necessário um sempre crescente grau de utilização da capacidade produtiva.

Tendo em vista que os investimentos são função crescente da demanda efetiva e não das taxas de lucro, nesse segundo caso a acumulação de capital se manteria em um ritmo elevado, uma vez que a classe trabalhadora, se apropriando de parcelas maiores da renda nacional, manteria elevados patamares de consumo, induzindo o investimento e o crescimento econômico. A formação bruta de capital fixo não se desaceleraria, mesmo na presença de taxas de lucro decrescentes, uma vez que as firmas que não ajustassem suas respectivas capacidades produtivas à demanda crescente perderiam fatias de mercado e comprometeriam lucros futuros. Daí a necessidade de se pressionar o governo para realizar políticas econômicas contracionistas – já que não haveria uma reversão endógena, via queda do investimento, do quadro de economia aquecida –, desacelerar o produto, gerar desemprego e reverter as mudanças observadas favoráveis à classe trabalhadora.

Vale ressaltar que tais mudanças não são apenas econômicas, relacionadas a ganhos reais de salário (em detrimento dos lucros) e ao aumento da parcela salarial na renda. A manutenção de situações próximas ao pleno emprego também implica mudanças sociais, políticas e institucionais em favor da classe trabalhadora – como o fortalecimento dos sindicatos, movimento sociais e partidos trabalhistas – e as consequentes reconfigurações entre estratos da sociedade e mudanças institucionais desfavoráveis às classes proprietárias. Assim, fora a pressão sobre o governo pela redução do ritmo de expansão da atividade e a reversão das mudanças econômicas processadas, a classe capitalista procura introduzir toda uma agenda de reformas institucionais em seu favor, que tanto refletem quanto reforçam o enfraquecimento do poder de barganha da classe trabalhadora. Foi justamente o que ocorreu ao fim da Era de Ouro do capitalismo nos países desenvolvidos e a partir de meados da década de 2010 no Brasil.

### 3. O caso dos países centrais na Era de Ouro

#### 3.1 Acirramento do conflito distributivo e crise da Era de Ouro do capitalismo

A Era de Ouro do capitalismo ocidental foi o período de cerca de três décadas que seguiu a Segunda Guerra Mundial, no qual se observaram elevadas taxas de crescimento do produto, da produtividade e da renda *per capita*, estabilidade inflacionária, ganhos reais de salário e redistribuição de renda, especialmente nos países centrais (Marglin; Schor, 1990; Barros, 2022). No plano internacional, os Estados Unidos fomentaram a prosperidade das principais nações capitalistas (via juros baixos, financiamento subsidiado, transferência de tecnologia e acesso ao seu mercado interno), em um contexto de expansão do socialismo no mundo (Medeiros; Serrano, 1999). E, no plano interno às nações, observaram-se acordos distributivos nos quais a classe capitalista dirigia a produção e concedia ganhos reais de salário em linha com a produtividade, enquanto a classe trabalhadora maneirava seu ativismo sindical (Bowles *et al.*, 1986; Panitch; Gindin, 2012).

Se entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os anos 1960, o conflito distributivo e a inflação foram moderados, a partir do final desta década as contradições entre capital e trabalho se explicitaram. Em um cenário de manutenção de baixos níveis de desemprego,<sup>2</sup> as crescentes mobilizações trabalhistas e sociais refletiam a redução do grau de “conformismo social”,<sup>3</sup> resultando em ganhos salariais cada vez maiores em relação à produtividade, impactando a inflação e comprimindo as taxas de lucro. Conforme indica o

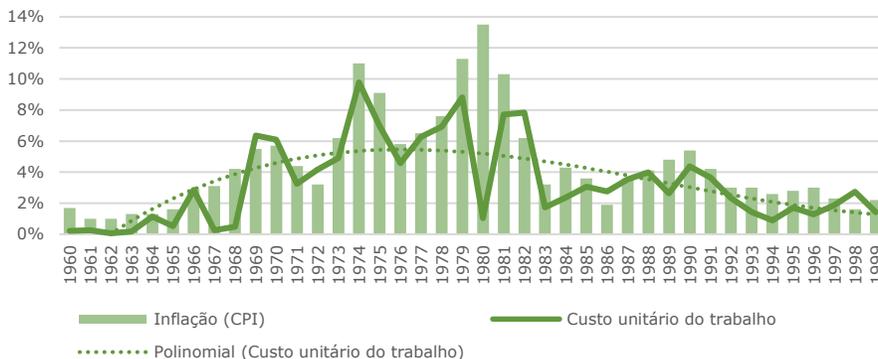
---

2 A taxa de desemprego se manteve em uma média, nos EUA, de 4,9% entre 1960 e 1973.

3 Isso fica claro na eclosão de diversos conflitos no mundo desenvolvido, sendo os mais notórios o “maio de 1968”, na França, os “outonos quentes” de 1969, na Alemanha e na Itália, e as longas greves dos mineiros na Inglaterra, em 1973-74 (Korpi, 1991). No caso dos EUA, destacam-se as mobilizações contrárias à Guerra do Vietnam, assim como a radicalização dos trabalhadores negros, da juventude desempregada, e do movimento feminista, projetada na explosão de protestos urbanos ao longo dos anos 1960 (Hobsbawm, 1995; Panitch; Gindin, 2012).

**Gráfico 1**, observou-se, nos EUA, um aumento do custo unitário do trabalho (relação entre salário nominal e produtividade) e da inflação até a segunda metade dos anos 1970, e uma queda a partir do início dos anos 1980.<sup>4</sup>

**Gráfico 1** – Inflação e custo unitário do trabalho nos Estados Unidos



**Fonte:** Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico; Bureau of Economic Analysis (s./d.).

Nesse contexto, observado na virada da década de 1960 para 1970, no qual a demanda efetiva crescia a taxas robustas, o ritmo de acumulação de capital se manteve em patamares elevados, a despeito das quedas nas taxas de lucro. As classes proprietárias buscaram reverter este quadro, que foi acompanhado por diversos outros ganhos sociais, não via redução do ritmo de investimentos – dada a atuação das forças de concorrência –, mas por meio de pressão para que o governo adotasse políticas econômicas que freassem a economia, gerando desemprego e reduzindo o poder de barganha da classe trabalhadora.

Os interesses das elites nessa direção já vinham se articulando desde

4 Como se argumentará, tal queda se deu em razão da adoção de políticas econômicas contracionistas e de mudanças institucionais pró-capital.

o término da Segunda Guerra Mundial em diversas instituições e na mídia,<sup>5</sup> e foram se explicitando cada vez mais nos discursos oficiais a partir do final dos anos 1960, a ponto de em 1970 um relatório da OCDE denominado *"Inflation: The Present Problem"* chegar perto de recomendar abertamente o aumento do desemprego como solução para a inflação e a compressão de lucros:

Ao argumentar a favor da "necessidade urgente de dar maior prioridade à estabilidade de preços", a OCDE fez a observação fundamental de que "o problema da inflação decorre, em parte, do próprio sucesso das políticas econômicas do pós-guerra em outras direções, principalmente na obtenção de altos níveis de emprego". Além disso, a OCDE reconheceu que "dar maior prioridade à estabilidade de preços significa dar menor prioridade a outra coisa" e que "em vários países, isso pode ter que ser temporariamente" o crescimento e o emprego. A primeira recomendação da OCDE para restaurar a estabilidade de preços incluía a afirmação de que "o excesso de demanda deve ser eliminado e os governos devem estar preparados, quando necessário, para aceitar uma redução temporária na taxa de atividade até que haja sinais de que uma melhor estabilidade de preços tenha sido alcançada" (Korpi, 1991, p. 335).<sup>6</sup>

---

5 Tradução nossa. No original: *"The Think Tanks, radio stations, magazines, and intellectual organizations that were funded by business contributions during the 1950s helped to form the infrastructure for the rise of the conservative movement. From the Mont Pelerin Society to the National Review, from Spiritual Mobilization to the American Enterprise Association, from the Foundation for Economic Education to the Manion Forum, they produced the ideas, popularized the language, and built the support for conservative economic politics at the very height of postwar liberalism"* (Phillips-Fein, 2009, p. 81-82).

6 Tradução nossa. No original: *"In arguing for 'the urgent need to give higher priority to price stability', the OECD made the key observation that 'the problem of inflation arises in part from the very successes of post-war economic policies in other directions - notably in achieving high levels of employment'. Furthermore, the OECD recognized that 'giving higher priority to price stability means giving lower priority to something else' and that 'in a number of countries this may temporarily have to be' growth and employment. The first recommendation of the OECD for restoring price stability included the statement that 'excess demand should be eliminated and governments should be prepared, where necessary, to accept a temporary reduction in the rate of activity until there are signs that better price stability has been achieved'"* (Korpi, 1991, p. 335).

Na mesma linha, destaca-se um memorando enviado à Câmara Nacional do Comércio dos EUA em agosto de 1971 pelo empresário Lewis Powell (1971) em defesa da criação de um projeto coletivo para os capitalistas, a fim de se reverter a situação de crítica e oposição ao sistema de livre empresa, que, em sua opinião, havia ido longe demais nos anos anteriores.<sup>7</sup>

Este documento, a exemplo de outros, ajudou a mobilizar a Câmara Nacional de Comércio<sup>8</sup> e o mundo dos negócios e, aos poucos, foi fortalecendo as instituições existentes e induzindo à criação de outras em favor dos interesses capitalistas. Nesse sentido, destacam-se diversos grupos de reflexão (ou *think-tanks*), como o Instituto de Manhattan, o Instituto Hoover e as fundações Ohlin e Heritage, que difundiam ideias econômicas ortodoxas (Harvey, 2005).

A partir dos anos 1960, este tipo de posicionamento passou a contar com um sólido embasamento teórico no que tange a teoria econômica em si, com a ascensão e consolidação do monetarismo. Friedman e seus seguidores possuíam não só um diagnóstico claro para a estagflação observada nos países desenvolvidos, como considerações normativas a respeito do que precisava ser feito.

Uma vez que nesta interpretação a instabilidade teria decorrido de erros de política econômica, em um contexto no qual o governo seria incentivado a expandir o ritmo dos gastos e da oferta monetária, a fim de baixar o desemprego a níveis insustentáveis, concluía-se que a solução para os problemas observados seria justamente a adoção de políticas econômicas mais estáveis (contracionistas ou menos expansionistas) – de modo a ajustar

---

7 "No thoughtful person can question that the American economic system is under broad attack. [...] the time has come — indeed, it is long overdue — for the wisdom, ingenuity and resources of American business to be marshalled against those who would destroy it" (Powell, 1971).

8 Powell (1971) considerava a Câmara do Comércio central para seu projeto de mobilização pelos interesses do empresariado. Tal instituição ampliou consideravelmente sua lista de integrantes a partir de então, passando de cerca de 60.000 empresas em 1972 para aproximadamente 250.000 mil dez anos depois. Em conjunto com a *National Association of Manufacturers*, a Câmara passou a possuir cada vez mais capacidade reivindicativa perante o poder público.

o mercado de trabalho, levando o nível de desemprego até a chamada taxa natural de desemprego (única compatível com a estabilidade inflacionária) -, bem como a implementação de reformas institucionais no intuito de flexibilizar as relações trabalhistas e, com isso, reduzir tal taxa.

Segundo Friedman (1971, p. 75),

devidos adotar políticas monetárias e fiscais estáveis e procurar tornar o mercado de trabalho o mais livre possível. As medidas governamentais são a principal causa do desemprego desnecessário - particularmente as leis de salário mínimo e as medidas que concedem imunidades especiais aos sindicatos.<sup>9</sup>

Depois de décadas de articulação deste movimento pró-liberalismo econômico, o cenário observado a partir do final dos anos 1960 parecia propício para alçá-lo à posição hegemônica, em função do enfraquecimento relativo da União Soviética, a nível global, e da instabilidade gerada pela escalada do conflito distributivo, no plano interno às nações.

Conforme indicado no **Gráfico 1** acima, o acirramento do conflito distributivo e da inflação já vinha ocorrendo mesmo antes do primeiro choque do petróleo em 1973, mas este catalisou tal processo, no plano interno, além de gerar problemas de balanço de pagamentos em muitos dos países que não emitiam a moeda de curso global. O colapso do sistema de Bretton Woods (e o fim da conversibilidade do dólar ao ouro), dois anos antes, também havia gerado instabilidade cambial, agravando o problema da inflação em alguns países como decorrência da desvalorização cambial (Mitchell; Fazi, 2017).

O choque do petróleo desempenhou um importante papel direto, isto sim, na justificação da adoção das políticas contracionistas recomendadas, uma vez que se passou a atribuir a estas um suposto caráter inevitável frente

---

9 Tradução nossa. No original: "we should adopt stable monetary and fiscal policies and seek to make the labor market as free as possible. Government measures are the primary cause of unnecessary unemployment— particularly minimum-wage laws and measures granting special immunities to trade unions". (Friedman, 1972, p. 75).

a um evento externo, “neutro” do ponto de vista político interno aos países. As próprias reações (brandas) das sociedades a tais medidas demonstrariam que o aumento do desemprego não era tão perigoso politicamente quanto até então se supunha (Korpi, 1991; Cavalieri *et al.*, 2009).

Tanto o descontrole inflacionário quanto os problemas no balanço de pagamentos fortaleceram a ideia da necessidade de adoção de políticas macroeconômicas contracionistas, que impactariam negativamente o crescimento econômico e aumentariam progressivamente a taxa de desemprego. Esse processo se deu de forma generalizada no mundo, apesar das particularidades em termos de intensidade e temporalidade de cada país.

No decorrer dos anos 1970, ainda antes dos governos abertamente neoliberais de Margaret Thatcher (1979) e Ronald Reagan (1981), a intenção deliberada de se reverter o movimento de fortalecimento da classe trabalhadora permaneceu razoavelmente explícita no discurso das classes dominantes nos países avançados em geral. Outro importante indicativo disso se encontra num relatório escrito em 1975 por três integrantes da Comissão Trilateral, denominado “*The Crisis of Democracy*”.<sup>10</sup> Tal comissão, criada por iniciativa de David Rockefeller, em 1973, incluía membros dos EUA, da Europa Ocidental e do Japão. Entre eles havia desde diretores de grandes corporações e bancos até senadores e professores universitários, sendo que diversos deles passaram a ocupar cargos-chave na administração do presidente Jimmy Carter, de 1977 a 1981.

Em linhas gerais, o relatório chamava a atenção para a questão da “moderação na democracia”, visando compensar, superar, o “excesso de democracia” da década anterior. Dentro deste contexto, explicitava-se a preocupação da Comissão com os grupos anteriormente passivos, mas que passaram a se organizar nos últimos anos, como afrodescendentes, indígenas, latino-americanos, estudantes, mulheres etc. (Chomsky, 1977). De forma bastante clara, o relatório afirma que: “[a] operação efetiva de um sistema político democrático geralmente requer em alguma medida apatia e

---

10 Ver Crozier, Huntington e Watanuki (1975).

não envolvimento por parte de alguns indivíduos e grupos". (*Apud* Chomsky, 1977, p. 18).<sup>11</sup>

O ambiente de instabilidade se veria ainda bastante agravado ao final da década de 1970, a partir do segundo choque do petróleo, que levou seus preços a quase triplicar, bem como do aumento abrupto dos juros levado a cabo pelo Federal Reserve.<sup>12</sup>

Fatores de ordem externa e interna concorrem para explicar a forte elevação dos juros nos EUA. No plano internacional se observavam tentativas dos países industrializados de se alterar o sistema financeiro e monetário internacional, reduzindo o poder assimétrico do dólar. O choque monetário norte-americano pode ser entendido, até certo ponto, como uma resposta a este processo. No plano interno, por outro lado, vinha ocorrendo, como visto, uma intensificação do conflito distributivo, refletido em elevadas taxas de inflação. O aumento dos juros ajudou na resolução desta questão, na medida em que contribuiu para desacelerar a economia, contribuindo para o aumento do desemprego, redução do poder de barganha da classe trabalhadora e, a partir disso, para a recomposição das taxas de lucro. Tal processo, iniciado nos EUA, se espalhou para os demais países da órbita capitalista, induzindo-os a também elevar suas taxas de juros, sob o risco de fuga de capitais (em um contexto de mobilidade crescente) e crise no balanço de pagamentos (Serrano, 2004).

A contrapartida desse processo como um todo foi uma gradual elevação, entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1980, das taxas médias de desemprego nos principais países capitalistas, como os EUA, Reino Unido, França, Alemanha e mesmo Japão (ainda que de forma menos acentuada neste último). A consequência foi uma visível redução na taxa de

---

11 Tradução nossa. No original: "[t]he effective operation of a democratic political system usually requires some measure of apathy and noninvolvement on the part of some individuals and groups" (*Apud* Chomsky, 1977, p. 18).

12 Segundo dados do FED de St. Louis, os juros nominais de curto prazo dos EUA saltaram de 11,1% em 1979 para 16,3% em 1981, o que implicou em sua elevação de zero para 5,2% em termos reais.

crescimento dos salários reais, especialmente no Reino Unido e nos EUA: de acordo com Cavalieri, Garegnani e Lucii (2004), a taxa média de crescimento do salário real na indústria manufatureira no primeiro caiu de 4,3% a.a. entre 1968 e 1972 para 0,4% a.a. entre 1973 e 1982, e, nos EUA, de 1,4% a.a. para -0,3%, entre os mesmos períodos.

Assim, de fato se logrou controlar a inflação a partir do início dos anos 1980 em função da contenção de salários (Barros, 2020). Mas a preço de uma tendência, verificada desde os 1970, de redução no crescimento econômico, elevação do desemprego e queda na taxa de crescimento dos salários reais, o que contribuiu para o inequívoco processo de concentração de renda a partir dos anos 1980. Tal processo seria reforçado ainda por mudanças institucionais regressivas, adotadas em diferentes intensidades nos países centrais.

### **3.2 Nova Configuração Institucional e de Poder**

Ao início dos anos 1980, a nova configuração de poder refletindo o enfraquecimento da classe trabalhadora se viu mais definida e incrustada no novo arranjo institucional que foi se consolidando a partir de então, e cujo efeito seria o de reforçar os interesses das classes proprietárias. O modo como se deu essa mudança no mundo desenvolvido variou conforme o país: o neoliberalismo emerge inicialmente nos EUA e no Reino Unido, onde o ataque à classe trabalhadora foi mais explícito e fugaz, e posteriormente se difunde à Europa Ocidental, sendo digno de nota que em alguns países deste continente – notadamente nos países nórdicos – essa reestruturação foi limitada, e que no Japão praticamente não ocorreu.

Ainda assim, Kotz (2015) classifica o período a partir de 1980 como uma “era neoliberal”, já que na economia capitalista dominante – a dos Estados Unidos – houve significativa reestruturação neoliberal, e que os demais países tiveram que ajustar seu modo de operação ao novo sistema global dominado por tal país. A este respeito, cabe destacar que os “locais” onde provavelmente o neoliberalismo se estabeleceu de forma mais completa foram nas instituições da economia global, particularmente o FMI, o Banco

Mundial e a Organização Mundial de Comércio.

No plano interno aos países, as principais mudanças institucionais que contribuíram para o enfraquecimento mais definitivo da classe trabalhadora se deram no âmbito do papel do Estado na economia e da relação capital-trabalho.

No primeiro caso, tomando a experiência dos EUA como exemplo – de modo geral, a mesma tendência foi se verificando na maioria dos países desenvolvidos –, as principais mudanças observadas foram: a renúncia a políticas *keynesianas* de pleno emprego; a desregulação de indústrias-chave (ferroviária, telefônica, energia elétrica, aviação etc.); a desregulação do setor financeiro; o enfraquecimento da regulação trabalhista, ambiental e de proteção ao consumidor; a maior flexibilidade em relação ao cumprimento das leis antitruste; a privatização ou concessão à iniciativa privada de funções públicas; os cortes ou mesmo extinção de programas sociais; e a redução de impostos a empresas e estratos mais ricos da população em geral (Kotz, 2015).

Pelo lado da relação capital-trabalho as mudanças também foram evidentes. Na Era de Ouro, os salários, horas e condições de trabalho, em boa parte das economias dos países centrais, eram definidos por negociação entre sindicatos e empresas, em geral de grande porte. Ainda que não fosse uma relação pacífica (como demonstrado pelas frequentes greves, sobretudo nos anos 1960), observou-se certa moderação até o final desta década, de modo que até então aceitava-se a legitimidade dos sindicatos. Com a ascensão da forma neoliberal do capitalismo, no entanto, a relação de barganha coletiva entre empregadores e sindicatos logo se deteriorou: o papel dos sindicatos na negociação salarial e das condições de trabalho foi explicitamente atacado e reduzido nos EUA, principalmente pelas grandes empresas, em um movimento endossado pelo governo federal.<sup>13</sup> Nos países em que a classe trabalhadora apresentou maior poder de barganha no pós-

---

13 Um resultado direto disto foi a queda contínua nos EUA da taxa de sindicalização a partir de 1979 (Kotz, 2015).

guerra, essas mudanças foram menos radicais, ainda que visíveis.

Uma outra alteração institucional bastante relevante na relação capital-trabalho foi a “casualização” do trabalho (Kotz, 2015). Não mais tendo que barganhar com os sindicatos, com o tempo os empregadores foram transformando a natureza dos empregos em diversas indústrias nos EUA. A tendência foi a de se aumentar a proporção de empregos apenas temporários (*part-time*), reduzindo-se, com isso, o chamado “primeiro setor”, caracterizado por empregos estáveis, de longo prazo, com salários relativamente altos, razoáveis benefícios e aumentos salariais regulares. Essa tendência também se verificou em diferentes intensidades em outros países desenvolvidos.

Como já mencionado, a estrutura institucional neoliberal reforçou os interesses das classes proprietárias e, concretamente, recolocou diversos países avançados em uma trajetória crescente de desigualdade de renda e riqueza. Isto sem falar na tendência à redução (ou, ao menos, estagnação) do crescimento da provisão de bens e serviços públicos que se observou a partir dessa época.

## **4 O caso do Brasil na década de 2010**

### **4.1 A “breve Era de Ouro” e a resposta das classes dominantes**

Ainda que seja necessário reconhecer as particularidades de uma economia periférica (ou semiperiférica), na qual a capacidade de mobilização trabalhista e social historicamente foi mais reduzida do que nos países desenvolvidos, é possível constatar um padrão semelhante na guinada neoliberal verificada no Brasil na década de 2010.

Após duas décadas de baixo crescimento entre 1980 e 1990, a situação começou a se reverter a partir de 2003, com a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores (PT) e a melhora no cenário internacional, inaugurando uma “breve Era de Ouro” no país, que vai de 2004 a 2014, e se caracteriza por taxas médias de crescimento relativamente mais altas, baixo nível de

desemprego e significativos ganhos salariais e sociais (Serrano; Summa, 2018).

Em um cenário externo mais favorável, o país não só passou a obter superávits na balança comercial, puxados pelo boom de *commodities* (em boa medida como efeito do crescimento expressivo da China), como a entrada de capitais se manteve elevada, possibilitando o acúmulo de reservas e influenciando na estabilidade da inflação – por meio do câmbio valorizado – a partir de 2005.

O equacionamento da restrição externa, por sua vez, permitiu a retomada de um crescimento mais expressivo dos componentes da demanda (além das exportações), o que passou a ser estimulado pela adoção de uma política econômica mais pragmática e expansiva a partir de 2005, depois de Dilma Rousseff, então ministra da casa civil, rejeitar a proposta em voga de déficit nominal zero (Serrano; Summa, 2012).

Apesar de o governo ter mantido o tripé econômico herdado do governo anterior (caracterizado pela busca de superávits primários, câmbio flutuante e metas de inflação), esse maior pragmatismo se refletiu em medidas como a retomada do investimento e consumo públicos, um maior crescimento do salário mínimo, a forte expansão do crédito (público e privado) e a melhora na distribuição de renda e no emprego, que, conjuntamente, possibilitaram uma grande ampliação no consumo de massa.

Uma característica marcante dos governos Lula e Dilma I foi justamente o avanço significativo dos indicadores sociais. A melhora no mercado de trabalho, com o crescimento do emprego e do grau de formalização, somada à forte elevação no salário mínimo e à criação e ampliação de programas sociais (como o Bolsa Família) levou não só a uma queda substancial nos níveis de pobreza, como também permitiu a redução na desigualdade de renda.

Essa postura do governo a partir de 2005, juntamente à redução na vulnerabilidade externa do país, foi essencial também para evitar uma queda ainda maior do crescimento em 2009, no bojo da crise do *subprime*, e para sua rápida recuperação em 2010. No entanto, a partir de 2011 e, mais claramente, em 2012, o primeiro governo Dilma realizou uma mudança de

foco na política econômica, na tentativa de dar maior protagonismo ao setor privado, a partir de medidas como incentivos fiscais, monetários e cambiais. Em um cenário de redução do crescimento dos gastos públicos, tais estímulos se traduziram em lucratividade para os setores contemplados, mas não em investimentos, já que a taxa de crescimento da demanda efetiva estava caindo, observando-se cada vez menos incentivos para a expansão da capacidade produtiva (Serrano; Summa, 2018; Barros, 2021).

Vale ressaltar que tal reorientação de política econômica a partir do primeiro mandato de Dilma contou com o apoio de organizações patronais, como a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), e mesmo centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical.<sup>14</sup> Preocupadas com a desindustrialização, a reprimarização da economia e com o aumento do coeficiente de importação na produção nacional, tais associações recomendavam a desoneração tributária, a reduções da dívida pública e dos juros, e que se buscasse, por diferentes instrumentos, uma taxa de câmbio mais competitiva.

Mas mesmo com a desaceleração econômica decorrente dessa reorientação de política econômica, o desemprego continuou caindo até 2014 e a classe trabalhadora continuou se fortalecendo, obtendo ganhos reais de salários, além de outros benefícios sociais.

De forma semelhante ao ocorrido nos países do centro do capitalismo ao fim da Era de Ouro, os ganhos econômicos, políticos e sociais entre 2004 e 2014 geraram incômodos às classes dominantes, e uma pressão crescente destas pela adoção de políticas econômicas contracionistas e mudanças institucionais pró-capital, de modo a reverter parte das conquistas trabalhistas e sociais verificadas.

A postura mais conciliatória dos setores dominantes começa a mudar mais claramente a partir do final de 2012, quando se intensificam pressões

---

14 Isto fica explícito no documento *Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego*, elaborado pela FIESP em parceria com diferentes centrais sindicais (FIESP et al., s./d.).

pelo controle dos gastos públicos<sup>15</sup> e pela flexibilização e “modernização” das leis trabalhistas,<sup>16</sup> assim como se explicitam insatisfações perante o crescimento dos salários acima da produtividade. Isto fica evidenciado em um artigo escrito por Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisa e Estudos Econômicos (Depecon) da Fiesp, e Rogério Cesar Souza, economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI):

Um dos principais temas do debate econômico brasileiro atual diz respeito à crise que a indústria enfrenta. O crescimento dos salários acima da produtividade do trabalho seria um dos fatores explicativos do fraco desempenho do setor (Francini; Souza, 2013)

O ajuste fiscal também era defendido por outras associações patronais, como a Federação dos Bancos (Febraban).<sup>17</sup> Reiteradas vezes seu presidente apoiou tanto a escolha da equipe econômica do segundo mandato de Dilma (que implementaria um forte ajuste fiscal e contracionismo monetário), quanto daquela indicada pelo seu vice e sucessor, Michel Temer.<sup>18</sup>

Ainda assim, foi a partir de 2015 que a inflexão no balanço de poder entre capital e trabalho se tornou evidente. Em um contexto de deterioração do cenário externo, a radicalização das políticas de austeridade contribuiu para taxas de crescimento negativas do PIB nos anos seguintes - de -3,5%, em 2015, e -3,3%, em 2016 -, o que implicou um aumento substancial na taxa de desemprego, que subiu de 6,8%, em 2014, para 8,3%, em 2015, e

---

15 Segundo Paulo Skaf, presidente da Fiesp: “Há muito tempo pedimos mudanças na política econômica, na direção de maior controle de gastos e menos uso da taxa de juros” (*Apud* Cunha, 2013, s./p.).

16 Conforme documento da CNI em parceria com a Fiesp, do final de 2012, denominado *101 propostas para a modernização trabalhista*.

17 Ver, por exemplo, o artigo “Bancos pedem a Dilma mais atenção fiscal”, de Carolina Mandl e Claudia Safatle (2014), publicado no *Valor Econômico*.

18 Os presidentes da Febraban e do Bradesco elogiaram a escolha de Joaquim Levy para a fazenda e a manutenção de Alexandre Tombini no Banco Central, responsáveis pela política contracionista que contribuiu para jogar o país na recessão (Cf. Exame, 2014). O mesmo presidente da Febraban, Murilo Portugal, também elogiou a equipe econômica escolhida por Temer (Cf. Bronzati, 2016).

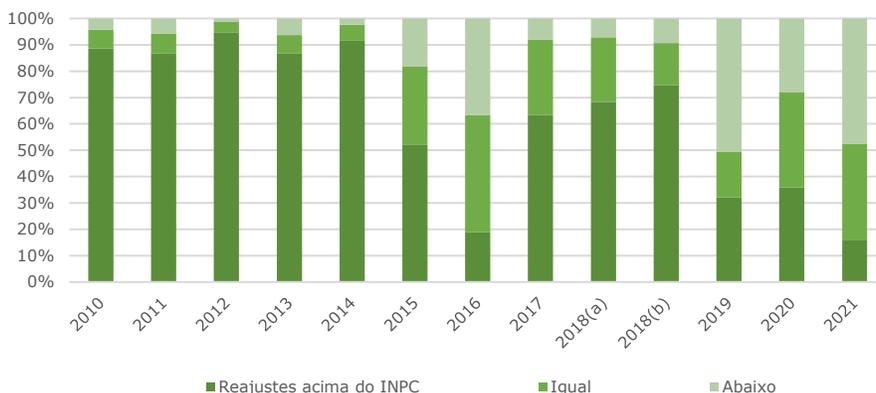
11,3%, em 2016.

A interrupção do processo de crescimento inclusivo e a grande crise que se seguiu resultaram essencialmente da guinada de política econômica, que, em um primeiro momento, buscou reduzir o papel do Estado e dar incentivos para o setor privado, em um contexto de desaceleração da demanda, e, em seguida, realizou políticas fiscais e monetárias fortemente contracionistas. A conseqüente queda da demanda efetiva é que explica a contração dos investimentos privados e não o contrário (Serrano; Summa, 2018).

É importante destacar que esta interpretação para a crise é compatível com a realidade brasileira observada no período, a exemplo do que se passou nos países centrais do capitalismo ao final dos anos 1960, quando houve a manutenção do ritmo de acumulação de capital mesmo frente a taxas de lucro declinantes. Tal realidade traz dificuldades para outras interpretações que associam a crise à queda dos investimentos em razão de uma suposta greve dos capitalista motivada por fatores políticos (Singer, 2015), ou como conseqüência direta da queda nas taxas de lucro (Bresser-Pereira, 2015; Marquetti *et al.*, 2016; Shaikh, 2017; Martins; Rugitsky, 2018).

A crise econômica de 2015-2016, que, ademais, se deu em um momento de ressurgimento de governos mais conservadores na América Latina, decorreu, portanto, principalmente das mudanças na política econômica levadas à cabo como resposta ao cenário relativamente prolongado de baixo desemprego. Como era de se esperar, a resultante foi um duro golpe na classe trabalhadora: segundo dados do Dieese, cerca de 90% desta obteve ganhos reais de salário entre 2010 e 2014, parcela que caiu para 52%, em 2015, e 19%, em 2016. Com a breve retomada do crescimento no biênio seguinte, houve um esboço de recuperação de tais percentuais, mas que logo voltaram a cair em 2019 (**Gráfico 2**), com a persistência de um cenário de estagnação e sob efeito de reformas institucionais que enfraqueceram estruturalmente a capacidade de barganha dos trabalhadores, tais como a reforma trabalhista.

**Gráfico 2** – Reajustes salariais acima, iguais ou abaixo da inflação medida pelo INPC



**Fonte:** Dieese (s./d.). Os dados até 2018(a) são do “Balço das negociações dos reajustes salariais”, e aqueles a partir de 2018(b) são do “Boletim de olho nas negociações”, e daí a (pequena) discrepância observada neste ano.

O acordo político que substituiu Dilma por Temer em 2016 nitidamente visou ao aprofundamento da política econômica iniciada em 2015 e à realização de mudanças institucionais na mesma direção. O documento *Uma Ponte para o Futuro* (2015), da Fundação Ulysses Guimarães (FUG) e do PMDB (atualmente MDB), evidencia a intenção de se prosseguir com tais políticas de contenção do gasto público e de se avançar em reformas estruturais, que, para os autores, possibilitariam a superação da “severa crise fiscal” que o país supostamente estaria passando, a qual teria se tornado “o mais importante obstáculo para a retomada do crescimento econômico.”

Nas palavras do próprio documento, tal crise seria resultado, em parte, dos “excessos” que o governo teria cometido nos anos anteriores, “seja criando novos programas, seja ampliando os antigos, ou mesmo admitindo novos servidores ou assumindo investimentos acima da capacidade fiscal do Estado” (FUG, p. 5).

Para reverter essa situação, seria imprescindível “mudar leis e até mesmo normas constitucionais, sem o que a crise fiscal voltará sempre, e

cada vez mais intratável, até chegarmos finalmente a uma espécie de colapso” (FUG, p. 6). Isso incluiria tanto reformas na previdência e nas leis trabalhistas, quanto “acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação” (*Ibidem*, p. 9). Sem contar regras mais rígidas de responsabilidade orçamentária, que no ano seguinte seriam concretizadas com a Emenda Constitucional 95 (2016) – conhecida como o “teto dos gastos públicos”.

Para coroar este novo regime, vamos propor que o equilíbrio fiscal de longo prazo seja um dos princípios constitucionais que deve obrigar a Administração Pública, aprovando-se uma lei complementar de responsabilidade orçamentária em termos que tornem possível à adaptação a circunstâncias excepcionais (PMDB, 2015, p. 10).

Por fim, e no intuito de explicitar o mesmo tipo de intenção para os anos subsequentes, vale mencionar o documento *Projeto de Nação*, elaborado em 2022 pelo Instituto Sagres, que em boa medida contempla a visão dos militares acerca do futuro do país. Entre outros pontos levantados, o documento propõe a redução dos gastos públicos, uma reforma tributária no intuito de reduzir os impostos e os “encargos sociais exagerados”, a flexibilização das formas de entrada de capital estrangeiro e a cobrança de tarifas e mensalidades nas universidades públicas e no Sistema Único de Saúde (SUS).

O contexto de desaceleração do crescimento desde 2011, as denúncias de corrupção da operação Lava Jato (que contou com o apoio do departamento de justiça norte-americano),<sup>19</sup> a eleição na margem de Dilma em 2014 e o aumento da inflação em 2015 facilitaram aos grupos dominantes pressionar o governo pela adoção de uma agenda econômica mais radical de austeridade, assim como articular o golpe parlamentar de 2016.

Essa nova coalização de forças e o padrão de políticas econômicas

---

19 A colaboração de tal departamento com os procuradores da operação, por vezes à margem do sistema legal, se encontram descritos na reportagem de Gaspard Estrada e Nicolas Bourcierdo (2021) para o *Le Monde*.

austeras e de mudanças institucionais contra os interesses da classe trabalhadora sofreriam um reforço nos anos seguintes com o governo transitório (Michel Temer) e a eleição de um candidato de extrema direita em 2018 (Jair Bolsonaro), com forte viés neoliberal, mantendo o país na mais longa crise econômica dentro do período republicano.

#### **4.2 Ataques a direitos sociais e mudanças institucionais**

Para além da política econômica contracionista – que por si só enfraquece o poder de barganha da classe trabalhadora ao aumentar a taxa de desemprego –, a partir de 2016 foram sendo aprovadas reformas institucionais que refletiam e reforçavam o fortalecimento das classes proprietárias no país. Vale ressaltar que o próprio quadro de elevado desemprego facilitou a introdução de tais reformas impopulares, vendidas como soluções amargas para a crise.

Uma primeira mudança foi sancionada ainda por Dilma, em março de 2016, impulsionada pelo Jogos Olímpicos que seriam sediados no país no mesmo ano. A partir de então, passou a ser considerado ato de terrorismo qualquer ação que tivesse por objetivo “causar terror social”, colocando em perigo pessoas, patrimônios e a paz pública, incluindo sabotar ou se apropriar do funcionamento de locais como escolas, aeroportos, instituições públicas, instituições bancárias, entre outros.

Apesar das justificativas no papel, a lei acabou abrindo espaço para a criminalização, de modo vago, de mobilizações de resistência, ao permitir que o Ministério Público, a polícia e os juízes enquadrassem como terroristas ações organizadas por sindicatos e movimentos sociais.

Conforme esboçado no ajuste fiscal a partir de 2015 e, explicitado no documento “Uma ponte para o futuro”, a política fiscal passou a ser o grande alvo da vez. Para além do forte contracionismo adotado no início do segundo mandato de Dilma, foi institucionalizada uma regra que passou a limitar os gastos públicos. Isto se deu pela Emenda Constitucional 95, de 2016, conhecida como “teto de gastos”, que estabeleceu formalmente um limite para tais gastos, congelando-os em termos reais por vinte anos.

Tal emenda, inscrita na constituição, não possui precedentes no mundo, e implicou necessariamente uma progressiva redução do gasto público *per capita* – dado o crescimento positivo da população brasileira –, em um país com profundas carências sociais e premente necessidade de expansão e melhoria dos serviços públicos.

No ano seguinte (2017) seria aprovada a Reforma Trabalhista, com o discurso de “flexibilizar” o mercado de trabalho e simplificar as relações entre trabalhadores e empregadores, mas que, na prática, favoreceu o empregador em detrimento do empregado.

A reforma alterou, entre outras coisas, as regras relativas à remuneração, plano de carreira e jornada de trabalho: os acordos coletivos (entre empregador e trabalhadores) passaram a prevalecer sobre a legislação, prejudicando naturalmente o elo mais fraco que são os trabalhadores; a jornada de trabalho, antes limitada a 8 horas diárias e 44 horas semanais, passou a poder ser estendida a até 12 horas diárias, desde que respeitadas as 220 horas mensais; e passou a haver a possibilidade de trabalho intermitente, mesmo que com a manutenção de direitos trabalhistas proporcionais às horas trabalhadas. Além disso, mas não menos importante, a reforma dificultou o acesso à Justiça do Trabalho, tornando-o proibitivo em boa parte dos casos,<sup>20</sup> e reforçou a tendência ao sucateamento da organização sindical, ao retirar a obrigatoriedade da contribuição sindical.

No que diz respeito à Reforma da Previdência (2019), a principal mudança está ligada ao tempo de contribuição e à idade mínima para a aposentadoria, assim como à forma de cálculo do valor a ser recebido. Considerando o setor privado e os trabalhadores urbanos, antes era possível se aposentar tanto por idade (65 anos para homens e 60 para mulheres) e contribuição mínima (15 anos), quanto somente por tempo de contribuição

---

20 A reforma passou a obrigar os trabalhadores a pagar honorários de sucumbência, caso perdessem a ação trabalhista, à parte vencedora. Antes disso era gratuito. Ademais, os trabalhadores agora podem ser condenados por litigância de má-fé, se os juízes entenderem que o pedido não era razoável. A partir de então, o volume de processos desse tipo caiu significativamente, segundo dados do Tribunal Superior do Trabalho (*Apud* Couto, 2022).

(35 anos para homens e 30 para mulheres). Com a nova regra, deixou de existir a possibilidade de se aposentar apenas pelo tempo de contribuição. E, ademais, os critérios de idade, tempo mínimo de contribuição e cálculo do valor do benefício em geral se tornaram mais rigorosos.

Depois da reforma, e também tomando o caso dos trabalhadores urbanos do setor privado, homens passaram a poder se aposentar com 65 anos, desde que tenham contribuído durante 20 anos, enquanto mulheres com 62 anos (antes era 60) e 15 anos de contribuição. Somado a isso, pelo novo cálculo do benefício, esse tempo mínimo de contribuição passou a garantir apenas 60% da média aritmética do total contribuído (para trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social),<sup>21</sup> acrescentando-se 2% para cada ano de contribuição a mais. Com isso, para gozar da integralidade do benefício, passam a ser exigidos 40 anos de contribuição para os homens e 35 para as mulheres, somados às respectivas idades mínimas. Em função das características do mercado de trabalho no país, para a grande maioria dos trabalhadores a reforma inviabilizou a possibilidade de aposentadoria com valor integral.

Por fim, num campo menos concreto de mudanças institucionais, vale mencionar o sucateamento crescente da educação e da saúde públicas e a intenção deliberada de se acabar com a gratuidade do ensino superior público e do SUS (como expressa no documento “Projeto de nação” supracitado), mesmo após a constatação do papel imprescindível que tal sistema desempenhou durante a crise sanitária do coronavírus, iniciada em 2020.

Se o período de transição ao neoliberalismo a partir do final dos anos 1980 veio acompanhado de uma Constituição que incluiu importantes ganhos sociais (indo de encontro à tendência nos países centrais à época),<sup>22</sup> agora, finalmente, em uma segunda rodada neoliberal, nota-se muito nitidamente

---

21 O cálculo anterior era feito sobre 80% do total de contribuições, eliminando-se as menores contribuições e, portanto, gerando um valor final mais elevado.

22 Para uma análise detalhada acerca da economia política por trás do enfraquecimento do Estado desenvolvimentista e posterior consolidação do projeto hegemônico neoliberal no Brasil, ver Oliveira (2020, Ensaio 3).

uma reversão de parte dessas conquistas, explicitada na concretização das mudanças institucionais acima e nos discursos e documentos que previam a continuidade deste processo.

## 5 Considerações finais

Ao longo do artigo buscou-se demonstrar como situações prolongadas de baixo desemprego engendram mudanças sociais, políticas e institucionais (para além das econômicas) pró-classe trabalhadora, que geram incômodos crescentes às classes dominantes. Argumentou-se que estas se mobilizam para mudar tal quadro a partir de sua pressão sobre o governo pela adoção de políticas econômicas contracionistas, além de mudanças institucionais em seu favor. Tal processo foi evidente tanto ao final da Era de Ouro do capitalismo nos países centrais, como no Brasil, ao longo da década de 2010 e particularmente a partir de 2015.

Em ambos os casos, cenários de baixo desemprego geraram um aumento no poder de barganha da classe trabalhadora, com crescentes ganhos salariais em relação à produtividade, afetando adversamente as taxas de lucro. Porém, em um contexto de demanda aquecida, os investimentos continuaram crescendo em ritmo intenso, sob pressão da concorrência e da possibilidade de se perder fatias do mercado. A reversão de tal situação se deu a partir da pressão por mudanças de política econômica. Estas, sim, foram as responsáveis tanto por desacelerar o crescimento no centro do capitalismo a partir dos anos 1970, encerrando a Era de Ouro, quanto por jogar o Brasil em sua pior depressão do período republicano, restaurando, nos dois casos, a partir da elevação das taxas de desemprego, o poder de barganha da classe capitalista.

O que se seguiu, em ambas as experiências analisadas, foram mudanças institucionais que reforçaram o avanço dos interesses das classes proprietárias sobre a trabalhadora, implicando a redução do papel do Estado na economia e o desmonte parcial dos sistemas de seguridade social no centro do capitalismo, e a reversão parcial dos ganhos sociais obtidos com a

Constituição de 1988, no caso do Brasil, com a limitação institucional à elevação dos gastos públicos, a flexibilização do mercado de trabalho, a regressão nos benefícios previdenciários e o sucateamento da educação e saúde públicas.

O ponto central que se procurou demonstrar é que os dois processos foram motivados por fatores políticos e devem ser entendidos no âmbito do conflito distributivo entre as classes sociais. Na presença de desemprego involuntário e sendo o capital um fator produzido no próprio processo produtivo, segue-se que maiores ou menores taxas de crescimento (e desemprego) são opções políticas (na ausência de restrições externas), bem como todo o arcabouço institucional vigente e a escolha por regimes mais ou menos igualitários. Assim, cabe à luta política definir os rumos dos regimes de acumulação e os marcos legais, no sentido de maior prosperidade e justiça social.

## Referências

---

- BARROS, L. A. *O fim da "Era de Ouro" do capitalismo: análise crítica de algumas interpretações*. 2022. Tese (Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- BARROS, L. A. Os determinantes da desaceleração brasileira (2010-2015): uma análise de economia política. *Revista Economia Ensaios*, v. 36, n. 1, 2021.
- BARROS, L. A.; BASTIAN, E. F.; BASTOS, C. P. Inflação e desemprego nos Estados Unidos da América durante a Grande Moderação. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 55, jan.-abr. 2020.
- BOWLES, S.; *et al.* Power and profits: the social structure of accumulation and the profitability of the postwar US economy. *Review of Radical Political Economics*, v. 18, n. 1-2, p. 132-167, 1986.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. The Access to Demand. *Brazilian Keynesian Review*, v. 1, n. 1, p. 35-43, 2015.
- BRONZATI, Aline. Febraban: Temer assume em momento difícil, mas com expectativas positivas. *A Tarde*. (Site). Publicado em: 12 maio 2016. Disponível em: <https://atarde.com.br/economia/febraban-temer-assume-em-momento-dificil-mas-com-expectativas-positivas-778626>. Acesso em: 15 set. 2022.
- CAVALIERI, T; GAREGNANI, P; LUCII, M. Full Employment and the Left. In: *Theory and practice of economic policy*. Tradition and change. Selected Papers from the 9<sup>th</sup> Aispe Conference: Tradition and change. Selected Papers from the 9<sup>th</sup> Aispe Conference. [S. l.]: FrancoAngeli, 2009.
- CHOMSKY, N. The Carter Administration: Myth and Reality. *Australian Left Review*, n. 62, 1977.
- COUTO, Karen. Aos 5 anos, reforma trabalhista apresenta como legado redução do volume de ações. *Consultor Jurídico*. (Site). Publicado em: 13 jul. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-jul-13/reforma-trabalhista-mostra-legado-reducao-volume-acoas>. Acesso em: 13 set. 22.
- CROZIER, M. J.; HUNTINGTON, S. P.; WATANUKI, J. *The Crisis of Democracy - Report*

*on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*. New York: New York University Press, 1975.

CUNHA, Simone. Veja a repercussão da decisão do Copom de subir os juros para 9%. *G1*. (Site). Publicado em: 28 ago. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2013/08/veja-repercussao-da-decisao-do-copom-de-subir-os-juros-para-9.html>. Acesso em: 18 set. 2022.

ESTRADA, Gaspard; BOURCIER, Nicolas. "Lava Jato", the Brazilian trap. *Le Monde*. Published on: 11<sup>th</sup> March 2022. Available: [https://www.lemonde.fr/international/article/2021/04/11/lava-jato-the-brazilian-trap\\_6076361\\_3210.html](https://www.lemonde.fr/international/article/2021/04/11/lava-jato-the-brazilian-trap_6076361_3210.html). Access: 24<sup>th</sup> Jan. 2023.

EXAME. Febraban elogia escolha de Levy, Barbosa e Tombini. *Exame*. (Site). Publicado em: 27 nov. 2014. Disponível em: <https://exame.com/economia/febraban-elogia-escolha-de-levy-barbosa-e-tombini/>. Acesso em: 15 set. 2022.

FIESP; *et al.* *Brasil do diálogo, da produção e do emprego*: Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e emprego. [S. n. t.]. Disponível em: <https://fsindical.org.br/midias/arquivo/0670ac3f7dda6ddd53187cd89e7d46ae1%5D.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

FRANCINI, P. E; SOUZA, R. C. Produtividade, salários e crise na indústria. *FIESP*. (Site). Publicado em: 28 out. 2013. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/produtividade-salarios-e-a-crise-da-industria>. Acesso em: 19 set. 2022.

FRIEDMAN, M. Three Views of Nixonomics and Where It Leads. *Newsweek*, n. 31, p. 74-75, Jan. 1972.

GAREGNANI, P. *Il problema della domanda effettiva nello sviluppo economico italiano*. Roma: SVIMEZ, 1962.

HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HOBBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914-1989)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KALECKI, M. *Selected essays on the dynamics of the capitalist economy 1933-1970*. [S. l.]: CUP Archive, 1971. [1943].

KORPI, W. Political and economic explanations for unemployment: A cross-national and

long-term analysis. *British Journal of Political Science*, v. 21, n. 3, p. 315-348, July 1991.

KOTZ, D. *The Rise and Fall of Neoliberal Capitalism*. Cambridge, Mass; London: Harvard University Press, 2015.

MANDL, Carolina; SAFATLE, Claudia. Bancos pedem a Dilma mais atenção fiscal. *Valor Econômico*. (Site). Publicado em: 26 mar. 2014. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2014/03/26/bancos-pedem-a-dilma-mais-atencao-fiscal.ghtml>. Acesso em: 12 set. 2022.

MARGLIN, S.; SCHOR, J. *The golden age of capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

MARQUETTI, A.; HOFF, C.; MIEBACH, A. *Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira*. [S. l.]: [s. n.], 2016. [Mimeo].

MARTINS, G.; RUGITSKY, F. The Commodities Boom and the Profit Squeeze: Output and Profit Cycles in Brazil (1996-2016). *Working Paper Series*, FEA-USP, n. 9, 2018.

MEDEIROS, C.; SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MITCHELL, W; FAZI, T. *Reclaiming the state: A progressive vision of sovereignty for a post-neoliberal world*. London: Pluto, 2017.

OLIVEIRA, B. R. *Três Ensaios sobre Economia Brasileira no Período 1967-1988: Inter-relação entre Aspectos de Economia Política e Política Econômica e o Surgimento e Consolidação do Pensamento da Unicamp*. 2020. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

PANITCH, L.; GINDIN, S. *The making of global capitalism*. [S. l.]: [s. n.], 2012.

PHILLIPS-FEIN, K. *Invisible hands: The making of the conservative movement from the New Deal to Reagan*. Indonesia: Yayasan Obor, 2009.

POWELL, L. Powell's Confidential Memorandum: Attack of American Free Enterprise System. *Reclaim Democracy*. (Site). Published: 23<sup>rd</sup> Aug. 1971. Available: [http://reclaimdemocracy.org/powell\\_memo\\_lewis/](http://reclaimdemocracy.org/powell_memo_lewis/). Access: 24<sup>th</sup> Aug. 2018.

SERRANO, F. Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton

Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, J. L. (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Conflito Distributivo e o Fim da "Breve Era de Ouro" da Economia Brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 37, n. 2, p. 175-189, 2018.

SERRANO, F. Long period effective demand and the sraffian supermultiplier. *Contributions to Political Economy*, v. 15, 1995.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda nos anos 2000. *Anais do [...] Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, IV*. [S. n. t.], 2012.

SHAIKH, A. Successful Macroeconomics Stimulus. *Policy Brief*, Progressive Economic Group, n. 11, 2017.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas. *Novos Estudos Cebrap*, v. 102, p. 39-67, 2015.

SRAFFA, P. *Production of Commodities by Means of Commodities: Prelude to a Critique of Economic Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.